

HISTÓRIA E MEMÓRIA: AS ORIGENS DA DIOCESE DE MONTES CLAROS NO NORTE DE MINAS GERAIS (1903-1943)

*Francisco Oliveira Silva**

Resumo: O texto aborda como se deu a criação da Diocese de Montes Claros no Norte de Minas Gerais pelo Papa Pio X, com a Bula *Postulat Sane*, inserida no processo de crescimento do número de dioceses no Brasil a partir do período em que gozava de liberdade, graças à separação entre Igreja e Estado em 1890.

Palavras-Chave: Diocese. Igreja Católica. Montes Claros. Romanização.

Resumen: El texto aborda como se dio la creación de la Diócesis de Montes Claros en el Norte de Minas Gerais por el Papa Pio X, con la Bula *Postulat Sane*, insertada en proceso de crecimiento del número de diócesis en Brasil a partir del periodo en el que gozaba de libertad, gracias a la separación entre la Iglesia y el Estado en 1890.

Palabras-claves: Diócesis. Iglesia Católica. Montes Claros. Romanización.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH e do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Introdução

A criação da diocese de Montes Claros, situada no norte de Minas Gerais, ocorreu num período em que a Igreja no Brasil trabalhava pela sua reestruturação. D. Joaquim Silvério de Souza, bispo de Diamantina, desde o início de seu episcopado, ainda como bispo coadjutor, não mediu esforços para que o espírito de reforma católica¹ beneficiasse o extremo norte de Minas, onde o povo na sua grande maioria professava o catolicismo, mas estava sem receber a devida assistência espiritual. Fazia-se necessário arrancar o povo da indiferença e superficialidade religiosa que o envolvia para levá-lo à prática de uma vida verdadeiramente cristã. O bispo reconhecia ser para ele impossível governar tão extenso território marcado por populações espalhadas.

Diante da necessidade de construir um patrimônio para a nova diocese, não se pode desconhecer a contribuição dos premonstratenses belgas, sobretudo considerando os esforços realizados pelo cônego Maurice Gaspar, que através de várias viagens, enquanto arrecadava as contribuições do povo, ele o conscientizava a respeito dos benefícios que iria trazer a criação do bispado. Um dos grandes memorialistas da história de Montes Claros, Hermes de Paula, paroquiano dos premonstratenses, sempre atribuiu a esses padres a autoria da criação da diocese com sede em Montes Claros, entretanto alguns documentos existentes no Arquivo Vaticano não oferecem razões para permanecer nessa única interpretação. Na verdade, Montes Claros e suas paróquias vizinhas davam um certo privilégio aos cônegos belgas para viverem uma vida mais independente da distante Abadia do Park na Bélgica. A presença de um bispo iria melhorar, sim, a vida da Igreja, mas certamente traria algumas desvantagens para aqueles que estavam como primeiros responsáveis de um extenso território.

Aos ouvidos do bispo de Diamantina chegou a notícia de que os religiosos belgas ameaçavam a deixar a paróquia tão logo fosse criada a diocese, por isso D. Joaquim pediu a eles que se pusessem à frente da obra que seria vantajosa não somente para os fiéis mas também para a vida da missão premonstratense que se encontrava ali, com possibilidades de um maior crescimento.

¹ Com essas palavras queremos compreender os desejos e empenhos para melhorar a situação da Igreja no Brasil a fim de atender às diretrizes provenientes de Roma. Essa «reforma» não permanece pois no mesmo nível daquela tridentina, mas é peculiar ao Brasil. Segundo Riolando Azzi, «a palavra «reforma» foi utilizada pelos próprios bispos do século passado, e aparece com freqüência em seus documentos pastorais. Na realidade, ela lembrava de perto a reforma tridentina, na qual os prelados buscavam sua inspiração. O termo era utilizado em sua acepção comum, significando basicamente a substituição de elementos considerados deficientes ou sem vitalidade por novas formas que permitissem à fé católica apresentar-se com nova face» (R. AZZI, *O altar unido ao trono: um projeto conservador*, São Paulo 1992, 29).

O bispo de Diamantina se apoiava nas resoluções tomadas pelos bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil, em 1901 (BARBOSA, 1945, p. 151-152}. Entre as resoluções figurava a de se aumentarem as dioceses de conformidade com as necessidades dos fiéis para incremento da religião. Junto ao Núncio apostólico Dom Alessandro Bavona (1906-1910)², os argumentos mais importantes apresentados pelo bispo de Diamantina eram os seguintes: a sua diocese era muito extensa territorialmente; os protestantes provenientes sobretudo do sul da Bahia estavam pouco a pouco ganhando espaço junto às famílias norte-mineiras; a maçonaria, através de uma circular, já havia anunciado a sua intenção de fundar novas casas ou lojas para «combater o clericalismo que haveria de propagar o romanismo pela fundação do bispado do Norte.

Para falar da criação dessa diocese, é necessário levar em consideração o amplo contexto sócio-político, cultural e eclesial da época. A criação da diocese no extremo Norte de Minas ocorre no período que marca a metade da chamada Primeira República (1890-1930). Numa retrospectiva histórica dessa época que precede a fundação da diocese em 1910, observa-se que a sociedade brasileira conservava muitas coisas da estrutura do período imperial (1822-1889). Trata-se de uma fase histórica de transição em que o antigo e o novo coexistiam. Conforme a historiografia brasileira contemporânea³, a entrada do Brasil no período republicano não foi marcada por grande entusiasmo em toda a sociedade brasileira. Essa República nasceu sob o influxo liberal-positivista e foi composta por uma elite indiferente ao substrato cultural e religioso do povo brasileiro⁴. Dentre as reações contrárias encontra-se a manifestação do episcopado em relação à separação entre a Igreja e Estado desde 1890.

É nesse quadro histórico da Primeira República que homens de prestígio político e econômico atuam nas regiões do extremo norte de Minas. Nessa região, mormente Montes Claros conta com representantes políticos em nível estadual

² Alessandro Bavona nasceu em 1856. Foi Núncio do Brasil no período Roccadicambio (Aquila) aos 11 de maio 1906-1910. Aos 2 de fevereiro de 1910 foi nomeado Núncio da Áustria. Morreu aos 19 de janeiro de 1912 em Viena (Cf. G. DE MARCHI, *Le Nunziature Apostoliche*, 80).

³ Cf. algumas obras relevantes, dentre outras, a esse respeito: E. CARONE, *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo 1975; Id., *A República Velha: evolução política (1889-1930)*, São Paulo 1985; B. FAUSTO, *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*, São Paulo 1985; T. BRUNEAU, *O Catolicismo em época de transição*, São Paulo 1974.

⁴ No dístico «Ordem e Progresso», presente na Bandeira Nacional e na elaboração da Primeira Constituição Federal do Brasil verifica-se a influência liberal-positivista. Embora os seguidores do positivismo não consigam implantar uma ditadura republicana no Brasil, seus seguidores persistem através de um positivismo difuso, influenciando na doutrina e na prática de certos grupos políticos (Cf. J. C. COSTA, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Rio de Janeiro 1967, 21-52).

e federal. Em Januária estava o deputado Lindolpho Caetano⁵. Ele tinha sido seminarista durante alguns anos no Seminário de Diamantina. Montes Claros contava então com outros deputados como Celestino Soares da Cruz⁶, deputado estadual, Camilo Prates⁷ e Honorato Alves⁸, deputados federais e outros. Em

geral eram grandes fazendeiros e políticos. Foi nos mecanismos desse sistema que o chamado «coronelismo» tornou-se a base de uma possível política dos Estados. Nesse período, os coronéis, chefes locais distribuídos nas várias regiões do país, foram importantes na manutenção da tradicional composição do poder político, baseado no princípio das trocas de interesses com o Estado, surgindo daí uma legitimação recíproca entre o poder central e o poder regional.

Como se sabe, o ideal político do liberalismo pretendia uma forma de governo em que a liberdade fosse prioritária e o Estado se tornasse seu guardião, porém no

⁵ Lindolpho Caetano de Souza e Silva Filho, nasceu aos 12 de janeiro de 1855 em Januária. Filho de Manuel Caetano de Souza e Silva e Anna Lúcia de Souza Menezes. Ele entrou no seminário de Diamantina aos 11 de outubro de 1873. Depois de alguns anos retirou-se porque seu pai estava muito doente. Após a morte de seu pai ele não retornou ao seminário (Cf. *Livro de Matrículas I [1867-1886]*, n. 240, in *ASMD*). Quando acontecia a fase de integração republicana, no município de Januária, surgiu Lindolpho Caetano de Souza e Silva, no cenário político local, projetando-se como chefe partidário de grande influência. Nesta mesma época era companheiro do Cônego Levínio José Torres Jatobá. Quando Lindolpho Caetano foi para a Câmara Estadual (1891-1897), o cônego ficou como Chefe Executivo de Januária. Depois este deputado foi para a Câmara Federal (1897-1910) (Cf. J. V. LIMA, «Januária e seu passado político», in *Primeiro Centenário de Januária [1860-1960]*, Belo Horizonte 1960, 51-58).

⁶ Nasceu no município de Paus Pretos, em 1844. Filho de Jacinto Soares de Oliveira e de Montes Claros aos 3 de maio de Caetana de Jesus e Barros. Como representante comercial conseguiu construir um patrimônio financeiro considerável e depois o perdeu todo na política. Ocupou vários cargos políticos na cidade de Montes Claros. Foi Presidente do Conselho da Intendência Municipal de Montes Claros, em substituição a Camilo Prates, que se exonerara. Elegeu-se deputado estadual (1896-1906). Faleceu em Teófilo Ottoni aos 21 de setembro de 1918 (Cf. N. VIANNA, *Efemérides Montesclarenses*, 463-464).

⁷ Nasceu aos 29 de dezembro de 1859, na fazenda Santo André. Filho de Hermenegildo Rodrigues Prates e Francisca Ambrosina Prates Sá. Ele fez o curso de Humanidades em Ouro Preto. Ingressou na política aos 22 anos quando foi eleito Deputado Provincial. Foi um dos constituintes de 1891, da Constituição Estadual e Senador Estadual. Na sua carreira política foi o chefe liberal de Montes Claros e líder no Norte de Minas. Em 1911 foi eleito Deputado Federal, sendo reeleito até 1930, quando foi dissolvido o Congresso Nacional. Em Montes Claros enfrentou um forte adversário político que era Dr. Honorato Alves. Seu partido – camilista, partido de baixo, estrepe – era constituído pelas famílias Prates, Chaves e os remanescentes celestinistas – Teixeira, Paula, Guimarães, Souto etc. Faleceu em Belo Horizonte em dezembro de 1940 (Cf. H. A. PAULA, *Montes Claros*, I, Montes Claros 1979, 170).

⁸ Honorato José Alves nasceu em Mendanha, Minas Gerais, a 10 de novembro de 1868. Filho do Coronel Marciano José Alves e Antônia Josefina Alves que mudaram para Montes Claros no ano de 1877. Fez medicina no Rio de Janeiro, diplomando-se em Ciências Médico-cirúrgicas a 30 de novembro de 1890. Formado, chegou a Montes Claros em princípios de 1891, exercendo a profissão e filiando-se aos remanescentes do partido Conservador, obtendo apoio do Dr. Carlos Versiani, também médico e chefe do tradicional partido. Foi eleito Deputado Estadual em 1903, e Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros em 1904, quando já exercia o mandato. Eleito Deputado Federal em 1906, conseguiu reeleições sucessivas até 1930. Quando se eleger Deputado Federal transferiu-se para Belo Horizonte e, depois para o Rio de Janeiro onde faleceu aos 23 de março de 1948 (Cf. N. VIANNA, *Efemérides Montesclarenses*, 150).

Brasil ocorreu que as classes privilegiadas assimilaram esse ideário, e em função de suas expectativas exigiram do Estado um posicionamento que fosse compatível com essa doutrina política. As classes privilegiadas e os Estados mais desenvolvidos tiraram proveito dessa situação, o que levou os demais a uma reação a partir da década de 1920 nas cidades maiores⁹. Em Montes Claros, chegam apenas as notícias dessas reações que ocorriam no país até a Revolução de 1930, das quais as lideranças políticas locais do extremo Norte de Minas sabiam usar em proveito de seus próprios benefícios. O caráter marcadamente rural da diocese de Montes Claros nessa época não dá ao povo em geral motivos claros para um envolvimento no processo político republicano. É nesse contexto histórico que nasce a diocese de Montes Claros com um bispo que, na sua atuação pastoral, procura se manter, como ele mesmo diz, numa atitude sensata de neutralidade.

1 Primeiros esforços para a criação da diocese de Montes Claros

No ano de 1899 já era ventilada a ideia da criação de uma nova diocese no extremo Norte de Minas¹⁰. Fala-se de dois professores públicos Manoel Ambrósio¹¹ e Antônio Nascimento que reivindicavam para Januária a sede episcopal da futura diocese. Certamente pensavam que, dentro dos projetos de melhoramentos para a região, a criação de um novo bispado seria de grande significado (GASPAR, 1925, p. 5). Foi num antigo semanário local de 1903, intitulado *A Luz* que o professor Manoel Ambrósio lançou o primeiro artigo em favor do bispado de São Francisco, durante a visita pastoral de Dom Joaquim à cidade de Januária (*A Luz*, 20 de setembro 1903, p. 51).

Com a visita do bispo coadjutor de Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza, à Januária em agosto de 1903, aqueles que alimentavam esse sonho receberam um grande incentivo. Dom Joaquim não escondia a sua simpatia pela cidade de Januária, entretanto foi Montes Claros o lugar em que tal sonho se transformou em realidade. A historiografia montes-clarense¹² atribui aos cônegos

⁹ Uma série de revoltas militares culminou com a força rebelde conhecida começou no Rio de Janeiro em 1922 e como «Coluna Prestes» (Cf. E. CARONE, *Revoluções do Brasil Contemporâneo [1922-1938]*, São Paulo 1989). Cf. também A. L. PRESTES, *A Coluna Prestes*, São Paulo 1990; V. P. BORGES, *Tenentismo e Revolução Brasileira*, São Paulo 1992.

¹⁰ Nesse mesmo ano, o Papa Leão XIII numa carta dirigida ao Episcopado brasileiro voltou a insistir na conveniência da criação de novos bispados no Brasil (Cf. LEO PP. XIII, «Epistola Paternae Providaeque» [18 setembro 1899], in *ASS* 32 [1899-1900] 214-217).

¹¹ Neste período existiam dois partidos políticos em Januária: Luzeiro e Escureiro. O Partido da Luz, vinculado ao jornal *A Luz*, no qual pontificava Manuel Ambrósio, panfletário ardente, crescia sob um impulso de mudança e renovação (Cf. J. V. LIMA, «Januária e seu passado político», in *Primeiro Centenário de Januária [1860-1960]*, Belo Horizonte 1960, 56).

¹² Citamos aqui alguns livros da historiografia montes-clarense: VIANNA, *Efemérides Montesclarenses 1707-1962*, Rio de Janeiro 1964; U. VIANNA, *Montes Claros. Monographia do Município de Montes Claros*, Belo Horizonte 1918; H. A. PAULA, *Montes Claros – sua história, sua gente, seus costumes*, III, Montes Claros 1979.

premonstratenses a maior parte do esforço para a criação da Diocese de Montes Claros, os documentos, porém, desabonam essa afirmação historiográfica.

Depois de sua visita à Januária, Dom Joaquim escreveu ao Núncio Apostólico Dom Giulio Tonti (1902-1906) a respeito da necessidade da criação de uma nova diocese no Norte de Minas¹³. Ele disse que se encontrava empenhado para esta criação o deputado federal Lindolpho Caetano, residente na cidade de Januária. O bispo de Diamantina reconheceu que se tratava de uma necessidade inadiável. Para ele era muito difícil acudir aquela região a 100 léguas da sede do bispado, por isso propôs ao núncio que entrasse em entendimento com o deputado a fim de que ele pudesse promover a aquisição da casa para Palácio e Seminário.

O núncio acolheu com interesse aquele projeto de constituição de uma nova diocese e se prontificou imediatamente a executá-lo, apresentando duas exigências iniciais: 1º. O consenso dos três bispos das dioceses cujo território deveria ser desmembrado, isto é, Bahia, Goiás e Diamantina. 2º. Obtido o consenso, apresentassem as oportunas garantias requeridas no caso. E desde já se prontificou para informar a Santa Sé a respeito do desejo da ereção da nova diocese. Em 1907 veio um outro núncio para o Brasil, Dom Alessandro Bavona (1906-1910). Aos 28 de agosto de 1907 Dom Joaquim escreveu ao núncio para falar sobre os trabalhos dele pela ereção da nova diocese (*Nunziatura Apostolica in Brasile*, 1907, fasc. 611, p. 2), apresentando-lhe as resoluções tomadas pelos bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil, nas conferências celebradas, há 6 anos, na capital de São Paulo. Entre as resoluções figurava a de se aumentarem as dioceses de conformidade com as necessidades dos fiéis para incremento da religião.

Ele explicou que se tratava de uma região pobre composta de um território muito extenso. Deste modo, pediu a atenção do novo núncio ao projeto da criação da diocese norte-mineira no bispado de Diamantina. Para a nova diocese iriam passar todas as povoações compreendidas dentro dos limites da arquidiocese da Bahia com Diamantina pelo rio Jequitinhonha, Itacambirussú, Congonhas Grande, Jequitaiá, São Francisco até o Urucuia, que dividirá a nova diocese com a do triângulo, e, passada a foz do Urucuia, São Francisco abaixo de um e do outro lado, dividindo com Goiás e Bahia. Seriam 23 paróquias com possibilidade de criação de outras e sete cidades para a constituição da nova diocese. Como a região sertaneja é pobre, seria difícil oferecer as doações para o novo bispado. A cidade de Januária

¹³ Carta de Dom Joaquim ao Núncio Apostólico Dom Giulio Tonti aos 21 de novembro de 1903, in *ASV, Nunziatura Apostólica in Brasile*, (1903) fasc. 495, 39-41: «Quando visitei o valle de São Francisco, indo quasi até a divisa com o Arcebispado da Bahia tocaram-me lá na criação d'um Bispado, composto de parte da Diocese de Diamantina, de parte do Arcebispado da Bahia e de parte de Goyaz».

possuía a estrutura necessária para ser sede do bispado. Até essa época, Dom Joaquim, quando fala a respeito da nova diocese, sempre se refere à cidade de Januária¹⁴.

Porém, conta-se que em 1907, quando a idéia da criação de um novo bispado ia deixando de ser um distante ideal, os padres premonstratenses, reunidos no edifício, onde atualmente funciona o Grupo Escolar Gonçalves Chaves, Bento Maussen, Maurício Gaspar e Paulo Lenaerts, sabedores da vastidão da diocese de Diamantina que atingia toda a superfície do Norte de Minas, resolveram lançar pela imprensa a idéia de que a sede do novo bispado deveria ser em Montes Claros (GASPAR, 1930, p. 114). Sendo assim, no dia 21 de dezembro de 1907, o deputado Camilo Prates lançou um artigo no número 28 do jornal *A Verdade*, sobre a necessidade e importância da criação da nova diocese no Norte de Minas. Nesse artigo ele aplaude as iniciativas do bispo de Diamantina para a criação de um novo bispado no Norte de Minas. Ele afirma demagogicamente que os norte-mineiros «não precisam de catequese» porque já são todos católicos, mas é para ser atendido «o anseio dos católicos pelos sacramentos da Igreja» (*A Verdade*, 21 de dezembro 1907, p. 1).

Não é de provocar admiração esse pensamento de Camilo Prates, pois nesse período a ação pastoral da Igreja é acentuadamente sacramentalista. Ele ressalta a impossibilidade de somente um bispo diocesano atender todo o Norte de Minas:

Os meios de comunicação que dispomos são ainda e unicamente os primitivos: cavalgar por péssimos caminhos, abertos, em sua quasi totalidade, pelos cascos das montarias, transpondo rios e correços sem pontes, atravessando serras e montanhas em veredas que mais parecem caminho de cabras do que estrada de homens (*A Verdade*, 21 de dezembro de 1907, p. 1).

Dificuldades essas que convenciam a todos a respeito da necessidade de uma nova diocese. E nessa época representantes de Montes Claros estão convencidos que essa cidade é a que melhor atendia às exigências necessárias para a sede do novo bispado, ou seja, posição geográfica, facilidade de comunicação com os centros civilizados, recursos materiais para a manutenção de instituições acessórias a um bispado, clima e outros. Acreditavam que nenhum outro lugar poderia superá-los porque para atender às exigências citadas, eles já possuíam dois colégios religiosos, o dos premonstratenses e o das religiosas de Berlaar.

¹⁴ Distância da capital de Minas Gerais, em linha direta: Januária 490 Km, Montes Claros 352 Km (Cf. SECRETARIA DA AGRICULTURA, *Anuario Estatístico (Situação física)*, I, Belo Horizonte 1924, 65). Quanto à população, no recenseamento de 1900, o município de Januária contava com 30.468 habitantes e o de Montes Claros com 54.356 habitantes (Cf. SECRETARIA DA AGRICULTURA, *Anuario Estatístico (Situação demografica)*, II, Belo Horizonte 1925, 54).

Nesta época o secretário da diocese de Diamantina, o cônego Lúcio Antunes de Souza, ex-vigário e amigo de Montes Claros, já eleito bispo de Botucatu-SP, manifestou o seu desejo de ajudar naquilo que fosse necessário para a realização desse projeto. Neste movimento em favor da realização do projeto foi realizada uma reunião presidida pelo deputado Dr. Honorato Alves para discutir as possibilidades para a realização desse intento. Comissões foram nomeadas para angariar donativos. Os premonstratenses ofereceram a importância de um conto de réis e a quantia necessária era 25 contos de réis (PAULA, 1979, p. 268).

É certo que a partir de 1908 foi formada uma comissão para a criação do bispado de Montes Claros. Era composta dos seguintes membros: Dr. João José Alves, Antônio Narciso Soares, Sílvio Teixeira de Carvalho, Joaquim José da Costa, Celestino Soares da Cruz, Antônio dos Anjos, José Antônio Pereira e Antônio Augusto Spyer (Nunziatura Apostólica in Brasile, 1911, fasc. 611, p. 18-19). Esses homens tinham prestígio político na cidade de Montes Claros. Aos 5 de março de 1909, membros da comissão escreveram ao bispo de Diamantina para comunicar-lhe que haviam começado a arrecadar as quantias prometidas, e que verificaram logo a impossibilidade da arrecadação integral, já que, naquela época uma seca tremenda tinha assolado a região, impossibilitando as pessoas de satisfazerem o compromisso.

E afirmam nessa carta: «Já temos fome e, dentro em breve, com a imigração baiana que começa, vamos presenciar horrores, se Deus, pela sua infinita misericórdia, não se compadecer de nós» (Nunziatura in Brasile, 1909, fasc. 611, p. 18-19). Enfim, a comissão apresenta as desculpas e eles deixam claro que não podem realizar em dinheiro a importância do patrimônio.

Dom Joaquim respondeu à carta e disse que esteve em Roma, e ali Dom Lúcio havia recebido um telegrama de Montes Claros, afirmando que eles tinham arranjado o patrimônio. O telegrama já estava com o núncio, mas mesmo assim iria escrever-lhe, pedindo que ele esperasse um pouco. O bispo encorajou os membros da comissão e observou que a quantia exigida era pequena em comparação com aquelas que eram exigidas em São Paulo. Ele pediu que as subcomissões constituídas nos povoados continuassem o trabalho começado (Nunziatura Apostólica in Brasile, 1909, fasc. 611, p. 20-21). Na mesma data enviou uma carta aos cônegos premonstratenses. Nesta carta aparece uma contribuição importante para os estudos da criação da diocese de Montes Claros. O desinteresse por parte dos cônegos é conhecido pelo bispo. Dom Joaquim escreve que eles devem ter interesse pela criação do bispado, pois muito lucrarão com este melhoramento. Ele exorta aos premonstratenses que

se ponham à frente da obra, animem, falem, concorram eficazmente, e o Bispado será criado para vantagem não só dos fiéis, mas da Ordem a que pertencem

Vossas Reverendíssimas a qual desejo ver próspera no Brasil e particularmente no Norte de Minas, onde já se acham Vossas Reverendíssimas (Nunziatura Apostólica in Brasile, 1909, fasc. 611, p. 22).

Reconhecendo que não podia contar com a quantia exigida, aos 19 de outubro de 1909, Dom Joaquim escreveu ao núncio, pedindo-lhe que tratasse da criação da diocese, ainda que não pudesse contar com o patrimônio de 25 contos de réis. Explicou que o Norte de Minas é pobre e, além disto, a vontade dos fiéis era pouca, ele desabafa com o núncio ao dizer que a criação se tornara uma «urgente necessidade», pois era difícilimo a um bispo servir tão extensa zona.

Na mesma carta Dom Joaquim tocou no assunto do possível bispo para a nova diocese, sugerindo que fosse um padre religioso ou Dom João Pimenta:

Si houver padre de Comunidade Religiosa que possa ser nomeado para a nova diocese, então a sua comunidade ajudará, como tem acontecido com os Padres Lazaristas assumptos ao episcopado. Si não, parece que o D. Pimenta (Rio Grande do Sul) aceitaria, caso, saindo eu, elle não me venha substituir (Nunziatura Apostólica in Brasile, 1909, fasc. 611, p. 30).

No ano seguinte, aos 21 de julho, numa carta escrita ao núncio, Dom Joaquim narra uma de suas viagens pastorais a uma zona que iria pertencer ao bispado de Montes Claros. Naquela época, devido à grande seca no sertão baiano, muitos deles migrantes chegavam a Minas. Muitos deles, segundo Dom Joaquim, vinham ceivados de idéias protestantes ou já protestantes formados em Canavieiras-BA. Somente no distrito de Vigia já habitavam mais de 10 famílias protestantes. Dom Joaquim se mostrou também muito preocupado, pois um deputado maçom havia feito uma circular, distribuiu-a reservadamente na região de Montes Claros, convidando os seus companheiros a fundarem casas ou lojas da seita, para «*combater o clericalismo que haveria de propagar o romanismo pela fundação do Bispado do Norte*» (Nunziatura Apostólica in Brasile, 1911, fasc. 611, p. 52-53). Deste modo, deixou clara a urgência da fundação do bispado para o bem da Igreja. Ainda nesta carta, Dom Joaquim fez saber ao núncio que um cônego havia comunicado que tal criação estava longe de tornar-se realidade, e quando isso viesse acontecer, os cônegos queriam estar longe de Montes Claros. Em toda a correspondência mantida com o núncio, o bispo de Diamantina insiste para que a nova diocese seja criada.

2 A Bula *Postulat Sane* (10 dezembro 1910)

No dia 10 de dezembro de 1910, o Papa Pio X com a Bula *Postulat Sane* criou a diocese de Montes Claros que compreende toda a parte do Extremo Norte de Minas, limitando-se ao norte com o arcebispado da Bahia, pelas divisas do Estado de Minas Gerais com o da Bahia, isto é: Pelo rio Carinhanha desde de sua nascente até sua

foz no São Francisco; pelo São Francisco acima até a barra do Rio Verde Grande; pelo Rio Verde Grande até a barra do Rio Verde Pequeno; pelo Rio Verde Pequeno até sua cabeceira na serra das Almas; daí, por quatro linhas retas: a 1^a. ao Morro do Condiuba¹⁵; a 2^a. do Morro do Condiuba ao Vale Fundo; a 3^a. do Vale Fundo à barra do Mosquito, no Rio Pardo; a 4^a., finalmente da barra do Mosquito à cachoeira do Salto Grande no Jequitinhonha, ou com mais exatidão, ao Poço do Italiano, na parte inferior da cachoeira. Ao sul com o bispado de Diamantina (do qual foi em grande parte desmembrada): pelo Jequitinhonha, a partir do Salto Grande, até a confluência do ribeirão de Macaúbas, pouco acima do arraial de Terra Branca; daí pelo Macaúbas, por montes interpostos, e pelo Jequitinhonha até a sua barra no São Francisco. Ao oeste com o bispado de Goiás: pelas divisas do Estado de Minas Gerais com o de Goiás, isto é, pelas serras das Arrepidadas e de Santa Maria e a sudoeste com o bispado de Uberaba: Pelo São Francisco, a partir da barra do Jequitai até a barra do Urucuia; daí, pelo Urucuia acima até a barra do Rio Claro; por este acima até as divisas do distrito do Formoso, que ficou pertencendo à diocese de Uberaba.

2.1 Das paróquias ricas às mais pobres

O quadro histórico das paróquias que compõem a Diocese de Montes Claros no ato de sua criação, informa que todas elas foram criadas durante o período imperial, ou seja, no século XIX¹⁶. A maior parte delas ocorreu durante o episcopado de D. João Antônio dos Santos, discípulo de D. Viçoso. A diocese de Montes Claros herda os frutos provenientes do período de início da reforma católica no Brasil que tinha como preocupação melhorar a qualidade de seus membros.

O primeiro bispo de Montes Claros, D. João Antônio Pimenta, teve logo o interesse e conhecimento da formação de todas essas paróquias. No ano de 1915, D. João Pimenta escreveu sobre a realidade territorial da diocese. O resultado de seu trabalho foi oferecido ao escritor Urbino de Souza Vianna para ser publicado em uma obra que ele estava elaborando, e publicou sob o título «*Monographia do município de Montes Claros*». Ele o fez, porém, com a condição que o escritor, publicando-o no seu livro, declarasse em nota tê-lo obtido da Secretaria Eclesiástica Diocesana como

¹⁵ Morro do Condiuba, a 20 Km mais ou menos da cidade do Condiuba, antigo Santo Antônio da Barra, Estado da Bahia. Condiuba corresponde a Caranda-yba, a palmeira copernica cerífera (Cf. «Condiuba», in *Anuário de Minas*, ano II, Belo Horizonte 1907, 340).

¹⁶ Num estudo realizado sobre algumas paróquias do século XIX, Anna Amélia Vieira Nascimento ressalta o relevante papel social das freguesias em geral: «Constituíam-se a freguesia no centro de muitos diferentes aspectos. Era, em primeiro lugar, o núcleo de atividades religiosas, naturais à sua própria concepção, dirigidas pelos párocos, tanto dentro da Igreja como nas suas dependências, espalhando-se essas funções religiosas pelas ruas através de procissões, dos viáticos, das extrema-unções, das visitas de santos às casas particulares. Funções políticas eram também inerentes às freguesias, pois nos seus consistórios reuniam-se as comissões a fim de compor ou rever as listas de qualificação temporal. As próprias eleições primárias se realizavam na Igreja [...]» (A. A. V. NASCIMENTO, *Dez Freguesias da Cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*, Salvador 1986, 29-30).

subsídio para a parte de sua obra relativa ao Bispado. D. João lamentou que «o Sr. Urbino, aproveitando-se do trabalho, esqueceu-se da nota promettida». Sendo assim, o bispo mesmo transcreveu seu trabalho no livro do tombo que segundo ele, «está publicado *verbo ad verbum* na «Monographia» de Urbino Vianna, de fls. 260 a 277, com exceção das referências aos vigários e pequenas modificações necessárias para que este perdesse as feições próprias e pudesse figurar na obra como parte de um todo harmonico» (Livro de Tombo I, p. 4-5).

Nessa apresentação das paróquias a maior parte da informações encontra-se no Arquivo Arquidiocesano de Montes Claros, graças à preocupação de D. João no seu trabalho de organização da diocese. Para outras informações foi necessário ir aos próprios arquivos paroquiais, quando existentes, e ao Anuário Católico. Como é sabido, durante o período imperial, os sacerdotes recebiam seu sustento através do governo imperial. Para muitos o sacerdócio tornava-se então uma profissão, uma carreira de progressão remunerada. As paróquias com maiores recursos atraíam maior interesse dos recém-ordenados. As paróquias aqui seguem uma classificação do ponto de vista financeiro, uma vez que a diocese é criada no período da Primeira República e a sustentação torna-se responsabilidade de cada padre¹⁷. As paróquias de classe A eram: Nossa Senhora e São José de Montes Claros, Senhor do Bom Fim de Bocaiúva, Santa Ana de Vila Brasília, Nossa Senhora das Dores de Januária, Sagrado Coração de Jesus de Vila Inconfidência, Santo Antônio de Grão Mogol, Santo Antônio de Salinas, Santo Antônio de Paracatu. As de classe B eram: Nossa Senhora do Amparo do Brejo Salgado, Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, Nossa Senhora da Graça do Tremedal, São Sebastião de Lençóis do Rio Verde, Santo Antônio de Itacambira, São Gonçalo do Brejo das Almas, Santo Antônio de Boa Vista, Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos, São José das Pedras dos Angicos. As de classe C: Nossa Senhora da Pena dos Buritis, Nossa Senhora da Conceição do Rio Preto, Sant'ana dos Alegres, Santo Antônio de Mato Verde, Santo Antônio de Itinga, Santo Antônio do Gorutuba, São José do Gorutuba, São João Batista de Terra Branca, Nossa Senhora da Conceição de Jequitaiá, Santo Antônio do Riacho dos Machados, São Sebastião de Água Vermelha, compreendendo a Vila de Fortaleza e o distrito de Pajeú, Santo Antônio da Manga de São Romão, Sant'Ana do Capão Redondo.

2.2 O clero diocesano da nova Diocese de Montes Claros

Durante seu episcopado (1911-1943), na diocese de Montes Claros, D. João Antônio Pimenta contou com aproximadamente 103 padres. Alguns padres estrangeiros, na maioria portugueses, passaram alguns anos pela diocese, sem

¹⁷ Essa classificação foi feita pelo primeiro bispo de Montes Claros quando teve que exigir a contribuição de cada paróquia num período de maiores dificuldades financeiras do bispado (Cf. M. M. GASPAR, *O Bispado de Montes Claros*, 23-24).

incardinação. Graças ao livro de provisões, ainda é possível ter conhecimento da passagem de muitos desses sacerdotes pela diocese, cujos nomes caíram no esquecimento popular. Os religiosos que estiveram na diocese nessa ocasião foram somente os premonstratenses, e já no final do episcopado de D. João, os franciscanos da Ordem dos Frades Menores. Quando D. João chegou a Montes Claros o cônego Carlos Vincart era o pároco dessa cidade e o cônego Maurice Gaspar era o seu coadjutor. Em Bocaiúva estavam os cônegos Francisco Moureau e Clemente Laurens. O cônego Bento Maussen estava em Extrema. Esses eram os cônegos que se encontravam na diocese de Montes Claros no início do episcopado de seu primeiro bispo (GASPAR, 1930, p. 124-126).

O bispo Dom João Antônio Pimenta e os padres diocesanos que se encontravam no território na inauguração da nova diocese receberam a sua formação dos Padres da Missão, no Seminário de Diamantina. O regimento interno do Seminário era bastante severo, proporcionando ao internato ordem, respeito e moralidade. Em geral, no Seminário dominava um regime autoritário em termos de disciplina. Naquela época, as penalidades impostas aos alunos vadios ou rebeldes variavam na seguinte escala: copiar várias vezes a lição ou o *Miserere*; ficar de capim na aula (completamente abandonado pelo lente); ficar de joelhos; cubículo simples (ficar privado de conversar até segunda ordem); cubículo rigoroso (a mesma pena, agravada pelo afastamento do delinqüente do convívio dos colegas); bolos de palmatória e expulsão.

Para favorecer a segregação do mundo profano, os vocacionados entravam logo cedo no Seminário, e assim eram introduzidos no mundo sagrado. Naquela época, os alunos chegavam para o internato ainda meninos. Abandonando o lar paterno, sacrificavam sua liberdade, deixavam os anseios naturais da idade, o apelo do que há de amável e sedutor na vida; abandonavam estas e muitas outras coisas para, no fim, na grande maioria dos casos, vir a ser um simples vigário de uma pequena localidade, vivendo entre gente simples e ignorante, passando horas no confessionário, madrugando durante todo o ano. Entre os alunos do seminário poucos chegaram ao sacerdócio¹⁸. Aqueles que trabalhavam no território da nova

¹⁸ Entre aqueles que não chegaram ao sacerdócio, muitos se tornaram notórios em várias atividades: Medicina, Engenharia, Farmácia, Política, Comércio, etc. Entre eles um Governador do Estado de Minas Gerais e Presidente da República (1956-1961): Juscelino Kubitschek de Oliveira (Cf. P. K. C. MOURÃO, *O Seminário de Diamantina de 1867 a 1930*, 27-32). Muitos ex-alunos manifestaram através de escritos sobre a experiência que fizeram no Seminário de Diamantina. No ano de 2003, como parte da comemoração do sesquicentenário da criação da diocese de Diamantina, foi publicado um livro do Mons. Otacílio Augusto de Sena Queiroz. Ele nasceu em 1918 e entrou para o Seminário em 1938. Neste livro ele relata como era a vida no Seminário de Diamantina. Nos escritos dos ex-alunos, é sempre possível constatar um reconhecimento pela boa formação dada pelos padres lazaristas: «Para nós, o Seminário era um mundo completo, independente, auto-suficiente. O Mundo exterior nós o considerávamos como errado, desorientado, objeto de irrisão, e, pior, sedutor. Compraziamos-nos, talvez com excesso, em «nossa formação». A fama do Seminário de Diamantina e do Caraça, parece, reforçava esta mentalidade. *Ensino era o nosso* (Cf. O. A. S. QUEIRÓZ, *Um padre, sua gente, sua terra*, Belo Horizonte 2003, 294).

diocese estavam espalhados em paróquias com uma extensão quase desumana. Trabalhar com tão poucos padres e oferecer-lhes uma orientação para que exercessem bem seu ministério foi um dos maiores desafios durante o episcopado de D. João.

3 O Bispo que preferiu Montes Claros e sua especial Carta de saudação a seus diocesanos

A Diocese de Montes Claros, criada em 10 de dezembro de 1910, inicialmente ficou sob a administração de D. Joaquim Silvério de Souza. No ano seguinte houve a nomeação do bispo da diocese. No dia 07 de março de 1911, com a Bula *Commissum humilitati nostrae*, o Papa Pio X nomeou Dom João Antônio Pimenta como primeiro bispo de Montes Claros.

O primeiro bispo nasceu na cidade de Capelinha a 12 de dezembro de 1859, quando essa cidade era ainda o arraial de Capelinha de Nossa Senhora da Graça, e que então fazia parte do município de Minas Novas. Filho de Domingos Pimenta e Maria Cândida Soares Pimenta. Foi criado no arraial de chapada por sua avó materna D. Maria Soares da Silva Pereira desde a idade de 11 meses. Ainda criança ficou órfão de pai. Seus primeiros estudos foram em Minas Novas (1869-1870) e mais tarde no Colégio Caraça (1872-1878). Ali, em abril de 1878, sobreveio-lhe uma grave enfermidade que o obrigou a suspender seus estudos por mais de um ano. Naquela época ele era um rapaz de constituição física delicada e enfermeira, e somente com muita força de vontade conseguiu se dedicar aos estudos. Em 1879, matriculou-se no curso Teológico do Seminário de Diamantina e foi ordenado sacerdote no dia 10 de junho de 1883.

Inicialmente ele foi vigário em Capelinha (1883-1896). No ano de 1892 ele mudou para Água Boa, pertencente à Capelinha a fim de construir uma Igreja. Em 1897, foi transferido para a paróquia de Piedade e em 1899 foi ocupar a importante paróquia de Teófilo Ottoni. Em 1905, foi escolhido para coadjutor sucessor de Dom Cláudio Gonçalves Ponce de Leão¹⁹, bispo do Rio Grande do Sul, tendo sido preconizado bispo titular da Pentacômia (na Ásia Menor) a 21 de fevereiro de 1906. O programa dos bispos em geral é um só, mas cada um procura determinar seu modo de agir, mais em particular por meio de sua divisa episcopal

¹⁹ Nasceu em Salvador no ano de 1841. Filho de um rico e aristocrático desembargador, esteve matriculado na Escola Politécnica em Paris antes de iniciar seu noviciado lazarista no Seminário de São Sulpício. Foi bispo de Goiás nove anos (1881-1890) e vinte e dois anos de Porto Alegre (1890-1912), sendo seu primeiro arcebispo, resignou ao cargo por idade avançada (71 anos) e estado de saúde (Cf. N. SOUZA, «Uma Fisionomia do Episcopado Brasileiro», in PONTIFÍCA COMMISSIO PRO AMERICA LATINA, *Os últimos cem anos da evangelização na América Latina*, 639).

e do seu escudo de armas. A divisa escolhida por D. João foi *Sub umbra alarum tuarum*²⁰. Dessa maneira queria marcar seu episcopado por um acolhimento ao povo, marcado pelo amor, pela defesa e proteção como faz a galinha com seus pintinhos contra possíveis inimigos (Mt 23, 37). Ele foi ordenado bispo em Barreiras a 20 de maio de 1906, por D. Joaquim Silvério de Souza e no dia 8 de setembro do mesmo ano fez a sua entrada em Porto Alegre. Ali ele permaneceu até a sua partida para Montes Claros.

Nesse período, a região norte-mineira apresentava vários problemas. Em 1909 ocorreu uma seca que provocou um grande êxodo rural. Nesse território, mesmo antes da seca de 1909, encontravam-se regiões e regiões inteiramente despovoadas. Não havia estradas de ferro, era uma zona mal cuidada. Eram várias carências, desde a instrução rudimentar suficientemente difusa, muitas cidades eram monótonas, onde a instrução evoluía lentamente. Enfim o progresso parecia longe daquela região. A iluminação elétrica só seria inaugurada em 20 de janeiro de 1917 na cidade de Montes Claros.

A transferência de D. João de Porto Alegre para Montes Claros foi sempre lembrada nas manifestações de apreço que ele recebia como um ato de heroísmo em prol do Norte de Minas. Ele que ocupava a função de bispo coadjutor de Porto Alegre com direito à sucessão, aceitou uma diocese ainda nos seus inícios e com tão poucos recursos. Em 1900, Porto Alegre, se comparada à cidade de Montes Claros, já era uma cidade bem desenvolvida e contava com mais de 70 mil habitantes²¹, enquanto o município de Montes Claros contava com apenas 54 mil habitantes. Mas o que estaria levando a Santa Sé a deslocar D. João Pimenta para uma função de categoria inferior? A sua transferência possibilita levantar vários questionamentos. Um deles é o fato de ser a diocese do Rio Grande do Sul, cujos limites eram até então os mesmos do Estado, caracterizada pela presença dos ítalo-germânicos. Dom João conhecia bem as línguas francesa, italiana e

²⁰ Essas palavras, em latim, encontram-se literalmente no salmo 16, 8b (Cf. *Bibliorum Sacrorum iuxta vulgatam clementinam nova editio*, Città del Vaticano 1951, 476). Mais tarde, no centenário do nascimento de D. João Antônio Pimenta, em 1959, as palavras *sub umbra alarum tuarum* tornaram-se a divisa do Brasão de Armas do município de Montes Claros, oficializado pela Lei n. 430, de 25 de março de 1959.

²¹ Porto Alegre na época de Dom João se comparada com Montes Claros já era uma cidade muito desenvolvida; Desde de 1866 já tinha o fornecimento de água encanada. Em 1874 a iluminação pública a gás. Em 1880 iniciou-se o sistema de esgotos. Possuía Mercado Municipal, Teatro, etc. No início do século XX, Porto Alegre já contava com vários estabelecimentos de ensino como a Faculdade de Engenharia (1896), o Instituto Astronômico (1906-1908), a Faculdade de Direito (1908-1909), o Instituto Eletro-Técnico (1908-1909), a Escola Técnica-Profissional (1907-1908) e outros. O tempo de D. João era marcado por uma modernização que ia recebendo novos estímulos (Cf. A. W. DOBERSTEIN, *Estatuários, Catolicismo e Gauchismo*, Porto Alegre 2002, 38-40).

latina, mas desconhecia a língua alemã. Algumas cidades como Caxias, Santa Cruz, São Leopoldo e Novo Hamburgo eram de colonização ítalo-germânica²².

Um outro motivo que pode ter confirmado a vontade de D. João de ser transferido de Porto Alegre foi porque D. Cláudio conseguiu da Santa Sé a divisão eclesiástica da diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, com a sede de uma Arcebispado em Porto Alegre. O Papa Pio X, pelo decreto de 15 de agosto de 1910, dividiu o Rio Grande do Sul em quatro circunscrições, nomeando D. Cláudio José primeiro Arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre e criando mais os bispados de Pelotas, Uruguaiana e Santa Maria, as quais com a diocese de Florianópolis no Estado de Santa Catarina criada em 19 de março de 1908, passaram a formar a nova Província Eclesiástica de Porto Alegre. Sem muitas explicações, D. João preferiu fazer seu pedido de transferência para Montes Claros, «sob alegação e fundamento de dificuldade de aclimação no Rio Grande do Sul por causa de sua baixa temperatura no inverno» (PIMENTA, 1928). Após a sua nomeação para Montes Claros em 7 de março de 1911, ele escreveu, no dia 25 de maio de 1911, a sua primeira Carta Pastoral saudando os seus diocesanos. Nesta carta pastoral, ele narra a sua trajetória em busca da realização da vontade de Deus. Sua permanência em Porto Alegre lhe havia permitido uma experiência positiva nos inícios de seu episcopado. Quando chega o tempo de assumir a nova missão, ele se manifesta muito pesaroso, porém, é conhecido que, desde os primeiros passos para a criação da Diocese de Montes Claros, ele já havia manifestado ao bispo de Diamantina o seu desejo de ser nomeado para a nova diocese, como já foi dito anteriormente, desde que não houvesse o perigo de vir a substituí-lo em Diamantina, caso fosse necessário.

No período da criação da diocese, a principal postura da Igreja do Brasil, afirmamos que se trata de uma restauração católica. Desde meados do século XIX surgiu com alguns bispos do Brasil um movimento de reforma católica nos moldes tridentinos. Essa reforma foi fortalecida com a realização do Concílio Plenário Latino-Americano que se colocou em continuidade com a política restauracionista iniciada pelo Papa Pio IX, continuada pelo Papa Leão XIII, cujo esforço maior era devolver à Igreja seu protagonismo central na vida social. A partir do Concílio Vaticano I (1869-1870), emergiu uma imagem de Igreja acentuadamente clericalizada, junto com o «culto da uniformidade». A frequência regular aos sacramentos e a obediência às autoridades são particularmente valorizadas. O catolicismo popular é visto como não condizente com os novos tempos e é submetido a uma purificação. No início do século XX, para uma profunda reorganização católica do Brasil, numerosas congregações religiosas chegaram

²² Existia uma acusação desde o início da imigração em 1824 repetida contra os alemães e descendentes, que era a não-integração, tomada como antipatriotismo e anticidadania (Cf. A. W. DOBERSTEIN, *Estatuários, Catolicismo e Gauchismo*, 117).

às dioceses brasileiras. Esses religiosos estrangeiros colaboraram ativamente na implantação do chamado modelo romanizador, trazendo suas devoções e santos preferidos.

Considerações finais

Ao terminar esta pesquisa sobre as origens da Diocese de Montes Claros, torna-se necessário apresentar os resultados deste trabalho que ajudam a esclarecer o processo de criação e início dessa diocese que contou com a iniciativa de D. Joaquim Silvério de Sousa, bispo de Diamantina, com a participação dos cônegos premonstratenses da Abadia do Parc (Bélgica) residentes em Montes Claros e com a atuação pastoral de D. João Antônio Pimenta, seu primeiro bispo diocesano (1911-1943).

Esta pesquisa esclareceu que a diocese de Montes Claros foi criada numa situação de precariedade. Era difícil levantar um patrimônio que permitisse o funcionamento de uma nova diocese no extremo Norte de Minas. Coube ao bispo de Diamantina uma atuação constante e insistente em prol da criação dessa diocese. Dom Joaquim não escondia a sua simpatia pela cidade de Januária como sede para a nova diocese, entretanto foi Montes Claros o lugar em que tal sonho se transformou em realidade. A historiografia montes-clarense atribui aos cônegos premonstratenses a maior parte do esforço para a criação da Diocese de Montes Claros, os documentos, porém, desabonam essa afirmação historiográfica. De fato, os documentos existentes no Arquivo Vaticano comprovam que foi necessária uma advertência do bispo de Diamantina aos padres belgas para que eles se envolvessem mais seriamente com o processo de criação dessa Diocese.

Para sediar a nova diocese, a cidade de Montes Claros foi escolhida porque, desde o século XIX, já era apreciada pela sua posição geográfica que lhe dava o caráter de *porta do sertão* no extremo Norte de Minas. Com o tempo, torna-se comum apresentá-la como capital do Norte de Minas, pela sua posição geográfica, pelo seu progresso, pela sua vida. Tudo isso devido à sua vitalidade na sociedade, no comércio. Ao decidir-se pela cidade de Montes Claros como sede da diocese, o bispo de Diamantina desejou transformá-la também numa capital religiosa, a fim de que a vitalidade religiosa pudesse abranger toda a região norte-mineira. Além de sua privilegiada posição geográfica, a cidade contava com a presença dos religiosos belgas e a Igreja do Brasil esperava deles uma colaboração espiritual e material significativa, para a organização interna da Igreja.

REFERÊNCIAS

- Arquivo Arquidiocesano de Montes Claros (AAMC).
- BARBOSA, Manoel. *A Igreja no Brasil: Notas para a sua história*. Rio de Janeiro: 1945.
- BURSZTIN, M. *O país das alianças: elites e continuísmo no Brasil*. Petrópolis: 1990.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: 1975.
- _____. *A República Velha: evolução política (1889-1930)*. São Paulo: 1985.
- CONGREGATIO CONSISTORIALIS, «Erectiones Dioecesium», *AAS* 3 (1911) 26.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: 2000.
- DE MARCHI, G. *Le Nunziature Apostoliche dal 1800 al 1956*. Roma: 1957.
- FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: 1985.
- GASPAR, Maurice. *O Bispado de Montes Claros (1910-1922)*. Montes Claros: 1925.
- HOORNAERT, Eduardo. *Os Anjos de Canudos, uma revisão histórica*. Petrópolis: 1997.
- Jornal A Luz (Januária), 1903.
- Jornal A Verdade (Montes Claros), 1907-1911)
- LIMA, J. V. «Januária e seu passado político», in *Primeiro Centenário de Januária [1860-1960]*, Belo Horizonte: 1960.
- Nunziatura Apostólica in Brasile, *Arquivo Secreto Vaticano (ASV)*.
- PAULA, Hermes A. *Montes Claros – sua história, sua gente, seus costumes*, 3 volumes. Montes Claros: 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: 1976.

SECRETARIA DA AGRICULTURA. *Anuario Estatístico*. Belo Horizonte: 1924.

SOUZA, Ney de. «Uma Fisionomia do Episcopado Brasileiro», in PONTIFÍCIA COMISSÃO PRO AMÉRICA LATINA, *Os últimos cem anos da evangelização na América Latina*. Simpósio Histórico,... Actas, Ciudad del Vaticano 1999, 637-642.

VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses 1707-1962*. Rio de Janeiro: 1964.

VIANNA, Urbino. *Montes Claros. Monographia do Município de Montes Claros*. Belo Horizonte: 1918.